NOTÍCIAS AFRICANAS 66

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 4 A 10 DE JULHO DE 1994

NESTA EDIÇÃO

- Unita pede à ONU que não estrague tudo 2
- O regresso de Kabi 2-3
- Mandela vai presidir a cimeira Dos Santos-Mobutu 4
- A décima primeira ilha 4
- É tão pouco o que Portugal faz 5
- O "stress" das crianças na guerra 6
- Votar às escuras 6
- Eleições em risco na Guiné-Bissau 6
- Danças com mortos 7
- RDP prepara ofensiva em África 8
- Deacordos com fronteiras 8
- Falsa partida 9
- Retórica 9
- Incerteza até ao fim 10
- A república da pobreza 11-12
- Conselho de Segurança suspenso da acção de Mandela 11
- Uma corrida imprevisível 13
- Presidente Trovoada exonerou o governo 13
- Uma difícil democratização 14

ANGOLA

Surgirão novos fatores?

O assunto mais discutido e comentado no momento atual no que se refere à questão angolana não passa pela mesa de negociações entre o governo e a Unita em Lusaca, mas sim pelo gabinete do novo presidente da África do Sul, Nelson Mandela.

A participação, de forma ativa, de Mandela no processo angolano tem sido promovida pela ONU, preocupada com as críticas que vem recebendo pelo encaminhamento dado à questão. Tenta, dessa forma, uma nova alternativa para acelerar a assinatura de um acordo.

As investidas iniciais do representante da ONU, Alioune Beye, foram bem recebidas por Mandela, que não apenas aceitou o encargo de mediador, mas também já demonstrou disponibilidade para se encontrar com Jonas Savimbi. Mandela afirmou ainda que sua participação deveria somar-se aos esforços em andamento dos observadores internacionais e da própria ONU.

A primeira medida objetiva a ser realizada por Mandela deverá ser a organização, na primeira semana de julho, de um encontro entre José Eduardo e Mobutu, para que se discuta o apoio dado pelo presidente do Zaire ao movimento de Jonas Savimbi.

Consciente da possibilidade de uma participação efetiva de Mandela no processo angolano, a Unita anuncia desde já um dos temas a ser levado em conta pelo novo mediador: o caso dos mercenários brancos.

Segundo o jornal *Terra Angolana* de 31 de maio, encontram-se na região norte do país, em apoio à ação governamental, cerca de 500 sul-africanos brancos. Savimbi também destacara o fato em entrevista à TSF (televisão portuguesa), quando fora perguntado sobre a acusação feita pelo governo de que a Unita teria apoio de soldados zairenses, que ele desmentiu. O líder da Unita adiantara ainda que a participação desses mercenários sul-africanos teria sido responsável por sérios atritos no interior das forças armadas governamentais, visto que eles recebem salários de aproximadamente US$ 18 mil, ou seja, valores muitos superiores aos recebidos pelos oficiais de carreira.

Temerosa quanto à estratégia a ser utilizada pelo governo – que certamente a acusará de aliança com a direita sul-africana nos tempos mais duros do *apartheid*, o que poderá causar um certo mal-estar nas relações com o novo mediador –, a Unita se apressa em desmentir qualquer tipo de ajuda a Pretória no que diz respeito a sua luta interna contra o ANC. Na já citada entrevista de Savimbi à TSF, fica clara a sua preocupação em afirmar que, durante o período em que contou com o apoio sul-africano, chegara mesmo a exprimir o ponto de vista de que "o *apartheid* era, de fato, um sistema anacrônico a rejeitar".

Evidentemente, essa declaração de Savimbi não tem a pretensão de se constituir numa espécie de desculpa ou coisa parecida. Na verdade, o astuto líder da Unita espera facilitar qualquer tipo de aproximação necessária que venha a ocorrer com a entrada de Mandela no campo da mediação.

Savimbi terá ainda que torcer para a não-concretização das últimas afirmações do secretário geral da ONU, Butros-Ghali, de que a Unita poderá sofrer novas sanções caso não aceite, no prazo de um mês, o conjunto das propostas que foram enviadas pelo representante da ONU.

A decisão do Conselho de Segurança da ONU de retardar uma opção mais dura em relação à Unita confirma a importância da reunião patrocinada por Mandela entre José Eduardo e Mobutu. Os observadores estariam dispostos a esperar a possibilidade de surgirem novas alternativas a partir desse encontro.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEAA)

Conselho de Segurança delibera hoje sobre Angola

UNITA pede à ONU que não estrague tudo

UM DIA antes de o Conselho de Segurança fazer o ponto de situação, hoje, sobre as negociações angolanas de Lusaca, e aprovar eventualmente sanções adicionais contra a UNITA, a oposição armada angolana endossa à ONU a responsabilidade dos efeitos que tal medida poderá ter no diálogo da capital da Zâmbia.

Num comunicado emitido terça-feira no Huambo, o Comité Permanente da Comissão Política da UNITA manifesta "espanto" que o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali "tenha aventado a possibilidade de sanções adicionais" contra a organização.

No relatório enviado ao Conselho sobre a situação do diálogo de Lusaca, Butros-Ghali admite a aplicação de um segundo pacote de sanções à UNITA, caso esta não demonstre vontade em aceitar a proposta que a mediação apresentou terça-feira para conciliar as divergências sobre os 18 princípios específicos e que, segundo a agência Lusa, já foi aceite pelo Governo de Angola.

O documento da Comissão Política da UNITA recorda o encontro entre o mediador da ONU, Alioune Blondin Beye, e o grupo dos observadores internacionais (Estados Unidos, Portugal e Rússia) no passado dia 18, no Huambo, ocasião em que terá ficado "claro" que "90 por cento do trabalho" desenvolvido na capital zambiana teve "êxito". Pede depois ao Conselho de Segurança que "não destrua tanto trabalho em prol da paz em Angola".

"Nessas condições, é o Conselho de Segurança que estará a desqualificar o trabalho feito em Lusaca durante sete meses", afirma o texto. "A UNITA não pode viver eternamente com medo das sanções do Conselho de Segurança da ONU", acrescenta o documento.

PÚBLICO, 30.6.94

As negociações continuam suspensas, com a delegação da UNITA a estudar a proposta da mediação. Esta comporta dez pontos e, num deles, invalida o ponto 6 do pacote de 18 princípios específicos aprovados segunda-feira, relativo ao estatuto de Jonas Savimbi. A versão anterior propunha que o estatuto de Savimbi fosse discutido entre o próprio e o Presidente angolano José Eduardo dos Santos. Mas a organização recusou a proposta e a mediação reformulou-a pedindo à UNITA que, então, apresentasse ela uma alternativa.

No terreno, os combates prosseguem. As Forças Armadas Angolanas anunciaram, em Luanda, ter tomado o controle da totalidade da cidade do Cuíto (ex-Silva Porto, centro do país), onde vêm enfrentando as forças da UNITA desde o dia 26 de Maio.

As barricadas na cidade foram levantadas, segundo um correspondente da rádio oficial de Angola na cidade, citado pela AFP. As tropas governamentais deslocaram-se ontem para os arredores em perseguição dos elementos da oposição armada angolana.

Pelo menos 200 rebeldes teriam sido mortos durante os últimos combates pelo controle da cidade, acrescentou aquela emissora, declarando que os civis puderam sair já dos seus esconderijos e circular normalmente nas ruas. Os voos humanitários, no entanto, continuavam ontem suspensos.

Em Lisboa, o porta-voz da representação da UNITA em Portugal foi cauteloso. "Não temos qualquer informação sobre o assunto", disse Rui Oliveira ao PÚBLICO, acrescentando, quanto ao correspondente da emissora oficial angolana, que "qualquer informação" do mesmo não merece à UNITA "qualquer crédito". ■

Nino Vieira em campanha eleitoral no interior da Guiné-Bissau

O regresso de Kabi

PÚBLICO, 30.6.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso,
em Bissau

As eleições são já no domingo e "Nino" quer ganhar logo na primeira volta. Para isso pôs em marcha a pesada máquina de propaganda do partido que se confunde com o próprio Estado. E a recordação dos tempos da guerra é uma das armas que mais usa nesta campanha.

O homem do megafone não parou de gritar a palavra de ordem toda a tarde: "Homi grandi tá entre nóis." Grupos de mulheres de vestidos garridos abanavam as ancas em danças tradicionais e gritavam "Kabi, Kabi, Kabi." Passava a tarde quente de terça-feira no adro de Calaquisse, uma pequena travanca de meia dúzia de casas perdidas num fim de mundo, entre as povoações de Caió e de Cacheu, já a caminho da fronteira com o Senegal. A pequena povoação estava em festa com a visita de João Bernardo "Nino" Vieira, o Presidente auto-suspenso da Guiné-Bissau e candidato presidencial do PAIGC nas eleições do próximo domingo.

Em Calaquisse, são tantos os que o conhecem pelo nome de "Kabi" como pelo de Nino. Comandante Kabi é o nome que lhe ficou dos tempos da luta armada contra as tropas coloniais portuguesas, um nome que lhe foi dado por um homem de etnia balanta que o acolheu em pequenino, na aldeia de Cabulol. O homem chamava-se Kabi e foi esse o nome com que baptizou Nino.

Esse nome de guerra tem sido frequentemente invocado nos comícios que o PAIGC realiza nas zonas mais rurais e afastadas de Bissau, pois é também aí que se contam as proezas militares de Kabi, algumas a roçar a mitologia. O próprio Nino Vieira confirma que algumas coisas são fantasiosas, repondo a verdade em relação à célebre batalha do Combo. "Não estive lá, tinha acabado de ser operado na Checoslováquia." Alguns adeptos mais ferrenhos contavam inenarráveis proezas de Kabi nessa batalha...

O herói de Spínola

Mas os seus adversários políticos, sobretudo Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social, têm-no acusado de que nem sequer era militante do PAIGC, quanto mais um herói da guerra. Para Nino, trata-se de "uma acusação absurda", pois, lembra ao PÚBLICO, entrou para o PAIGC com 19 anos e chegou a estar preso, por indicações da PIDE, que havia recebido uma denúncia, quando ainda não contava 20 anos. Fugiu ao cabo de quatro horas, com a ajuda dos homens do PAIGC, para a Guiné-Conakry. E deixa no ar a ideia de que, já nesse tempo, era um homem em ascensão no partido.

Nos comícios tem lembrado que o "tuga", palavra popularizada pelo malogrado Amílcar Cabral para designar os portugueses, o respeitava militarmente. Cita mesmo o marechal Spínola, a quem atribui as palavras: "Nino foi o meu herói."

A recordação dos tempos da guerra é uma das armas que o PAIGC mais tem usado nesta campanha, talvez para fazer esquecer os elevadíssimos índices de pobreza em que o país se afunda, ainda que nem todos aceitem a lógica das comparações. É que eles dizem que, antes da libertação, estava tudo muito pior, como se isso bastasse para fazer esquecer o pouco

Continua na pág. 3

Continuação da pág. 2

O regresso de Kabi

que se fez em prol do desenvolvimento nos últimos 20 anos.

Ao fim de cinco horas de campanha no Oeste do país, Nino Vieira e a mulher Isabel Romano Vieira, almoçavam vagarosamente um guisado de carne de vaca e arroz de frango. Já passava das cinco da tarde e o cenário era uma casa em construção, de um emigrante do Senegal que regressara havia pouco tempo. Na sala do lado, almoçava a comitiva. Para trás ficava um dia extenuante pelas terras de Caió e de Calaquisse, nas regiões de Oio e de Cacheu, onde se concentra 25 por cento do eleitorado, maioritariamente das etnias manjaca e mancanha e que, apesar de disperso por zonas de mata intensa, não pode ser desprezado na geografia e nas contas eleitorais de Nino.

A máquina do PAIGC

"Tenho fé que ganharás à primeira volta!" Isabel Romano solta a exclamação, que esbarra no semblante ligeiramente carregado de Nino. Este, apesar de contente com a popularidade que tem por aquelas bandas, não parecia seguro de vencer logo à primeira volta. "Está a ver, dinheiro para uma segunda volta não há, depois vêm as chuvas... tudo muito complicado", diz o candidato ao mesmo tempo que coça a testa.

Uns minutos atrás, o largo de Calaquisse conheceu uma agitação desusada, que lhe foi emprestada por dezenas de crianças que corriam atrás dos carros do PAIGC que deitavam autocolantes ao ar. Grupos de mulheres continuavam a cantar e a gritar "Kabi, Kabi". Os homens falavam alto e pareciam discutir política. Tudo em crioulo, com gestos abundantes e uma grande algazarra. O som de fundo, mais do que os ritmos que saíam da aparelhagem fanhosa, era o incessante tamtam dos batuques, que pareciam chamar as povoações mais próximas para uma espécie de celebração: a adoração a Kabi.

Mas o que melhor se percebia, nos longos minutos de espera pelo início do comício, era a força da máquina eleitoral do PAIGC, poderoso instrumento de mobilização como nenhuma força da oposição possui. Veículos de todo o terreno, jipes e carrinhas de caixa aberta em estado novo despejavam carradas de pessoas no largo de Calaquisse. Vinham das cercanias, de Cacheu, Bula, Cachungo, Caió e até de Bissau, distante mais de 120 quilómetros.

A partir da Casa Branca, sede de candidatura de Nino, saem todas as manhãs carrinhas carregadas de apoiantes que percorrem o país nos comícios de Nino e do partido. Ontem era esperada uma invasão em Bafatá, onde se concentra o mais significativo movimento da oposição.

Em Calaquisse, Ambrósio e seu irmão Vicente, ambos já com 18 anos feitos, visitavam a terra pela primeira vez. Falavam português, ao contrário da maioria dos presentes, e explicaram ao PÚBLICO, fluentemente, o que estavam ali a fazer. "Estamos di féria prá ir à comício di Nino..."

Ao fim da tarde, com o sol a baixar na floresta, num penoso regresso a Bissau por troços de picada, que levaram três horas e meia a percorrer, seguem várias carrinhas apinhadas de pessoas com camisas e autocolantes de Nino. Quando passámos pelos primeiros, um membro do PAIGC apressou-se a explicar que era "um grupo de dança tradicional que esteve no comício", perante a evidência de que os apoiantes tinham vindo de Bissau para o Oeste. Dois quilómetros mais à frente, mais duas carrinhas cheias. Também voltavam de Calaquisse e, decididamente, não eram grupos de danças tradicionais...

João Bernardo Nino Vieira, que se auto-suspendeu do cargo de Presidente e passou à reserva no Exército como general ("Se perder, vou ficar em Bissau a gozar a minha reforma"), começou a jornada eleitoral de terça-feira às 11h30. Partiu a essa hora para Catió num helicóptero militar. Minutos antes tinha saído do palácio presidencial sob o olhar silencioso de duas dezenas de pessoas que por ali passavam, e atravessou a cidade, em comitiva, serpenteando a alta velocidade por entre pessoas, animais e carros. No aeroporto, o candidato do PAIGC entrou no helicóptero acompanhado por assessores, equipa de filmagem dos tempos de antena e dois seguranças armados com espingardas automáticas Kalashnikov. O resto da comitiva seguiu de jipe para Catió e Calaquisse.

Passada a cidade de Mansoa, na periferia de Bissau, a comitiva parou na estrada em grande agitação. Um adolescente na berma lançara um "insulto político" aos apoiantes de Nino que, furiosos, se preparavam para agredi-lo. Por sorte para o rapaz, vozes mais sensatas, também do PAIGC, se impuseram e acalmaram os ânimos. Horas depois, ironicamente, Nino Vieira diria ao PÚBLICO que a violência era a sua principal preocupação nestes tempos de abertura multipartidária na Guiné-Bissau. Preocupação que o terá levado a dar instruções aos seus apoiantes para não se envolverem em confrontos com simpatizantes das forças da oposição.

A jangada que assegura a travessia do rio Mansoa não estava a funcionar e foi preciso meter pelas picadas. Um verdadeiro mergulho na "Guiné profunda", como agora se diz em Portugal... Uma Guiné tão profunda que a comitiva de Nino se perdeu várias vezes, não atinando com a vereda certa.

A força da máquina eleitoral do PAIGC, que se confunde com o próprio Estado, acaba por apresentar um forte contraste com a forma como se vive na Guiné. A pobreza é a outra face da realidade guineense. Bissau é uma capital que se afunda na degradação e as cidades e tabancas espalhadas pelo país, na maior parte dos casos nem têm saneamento básico e assistência médica. As escolas estão degradadas e à beira das casas, nesta época de chuvas, crescem poças de água infecta.

No fim de mundo que é Calaquisse, um edifício branco no meio da tabanca surpreende o forasteiro, sobretudo pelas letras garrafais que indicam tratar-se de um posto médico e uns dez cartazes de Nino colados ao lado, que associam a obra ao seu patrono. Só que, à medida que nos aproximamos, verificamos que as janelas não existem, as cabras se abrigam à sombra da entrada e lá dentro nunca houve nenhum posto médico. Está tudo destruído e abandonado. A explicação de um dirigente local do PAIGC é simplória mas significativa: "Uii, deu estràgado pá!" ■

África do Sul: Governo distribui terrenos agrícolas

PÚBLICO, 30.6.94

O GOVERNO da África do Sul está a preparar um programa de redistribuição das terras do país, com o objectivo de minorar os desequilíbrios criados no antigo regime. Nos termos do programa, 30 por cento das terras nacionais serão entregues a agricultores negros, incluindo-se quer as terras que pertencem a brancos em situação de bancarrota como as que pertencem ao Estado. Segundo o ministro da Terra, Derek Hanekom, o programa de redistribuição começará dentro de seis meses e demorará cinco anos a cumprir. ■

AMI à espera em Luanda

PÚBLICO, 30.6.94

FERNANDO NOBRE, o presidente da AMI (Assistência Médica Internacional), deverá chegar hoje a Angola, onde vai avaliar as condições das missões da organização no Huambo e em Luanda, e ultimar os pormenores de um projecto nos Centros de Saúde da província de Luanda.

Segundo a AMI afirma num comunicado de ontem, "os membros da equipa da AMI que permanecem no terreno, tal como outras Organizações Não Governamentais, continuam em Luanda à espera de melhores condições para poderem regressar ao Huambo [zona controlada pela UNITA] e prestar assistência médica às vítimas dos confrontos".

Em Luanda, Fernando Nobre vai falar com o embaixador de Portugal em Angola, Rocha Pinto, com o Ministério da Saúde e para a Cooperação, com a representante da ECHO, Van Dunen, e o director das Nações Unidas, Aranda da Silva. ■

Angola na difícil demanda da paz

Mandela vai presidir a cimeira Dos Santos-Mobutu

A PREVISTA cimeira entre os chefes de Estado de Angola, José Eduardo dos Santos, e do Zaire, Mobutu Sese Seko, deverá ser dia 7 de Julho na África do Sul, sob a presidência de Nelson Mandela, indicaram ontem à agência France Presse fontes diplomáticas de Luanda. E confirmou-o à Lusa o encarregado de negócios angolano em Pretória, Manuel Augusto

A reunião visa procurar resolver a crise que existe nas relações angolano-zairenses, devido ao facto de Luanda acusar Kinshasa de conceder apoio militar à UNITA, que há mais de 20 anos combate as forças do MPLA.

A Presidência angolana já anunciara no princípio da semana que José Eduardo dos Santos e Mobutu iriam conferenciar dentro de 15 a 30 dias; e em 23 de Junho o Presidente da África do Sul aceitara desempenhar um papel na mediação entre Luanda e a UNITA, trabalhando para isso com os chefes de Estado do Zimbabwe, Robert Mugabe, e de Moçambique, Joaquim Chissano.

Foi no próprio dia em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reunia para analisar, uma vez mais, a situação em Angola, que já o preocupa há mais de 33 anos, que a France Presse anunciou para a próxima semana a cimeira do Cabo.

Enquanto isso, a enviada da agência Lusa à capital zambiana, Luísa Ribeiro, reconhecia ontem que mais de sete meses de negociações em Lusaca, entre o governo angolano e a UNITA, ainda pouco mais deram do que a calendarização do que acontecerá após a eventual rúbrica de um protocolo de entendimento.

Sob a mediação do maliano Alioune Blondin Beye, em representação do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, e na presença de observadores de Portugal, Estados Unidos e Rússia, tem-se tentado desde Novembro reactivar a paz que há três anos e meio foi negociada em Bicesse e que voltou a escapar-se após as eleições presidenciais e legislativas de 1992.

PÚBLICO, 1.7.94

Tudo se arrasta

Os diplomatas acreditados em Luanda julgavam ontem, segundo a agência Reuter, que o Conselho de Segurança ia prolongar por mais um mês o mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem); e possivelmente ameaçar a UNITA com mais sanções no caso de continuar a insistir em que deve ficar com o governo da província do Huambo.

Jonas Savimbi, que luta há mais de 20 anos por uma posição de grande destaque na política angolana, pretende a administração daquele território vital, no centro do país, onde aliás o seu partido tem sido a força dominante durante os últimos 15 meses. Mas Luanda diz-lhe terminantemente não, insistindo em que a força mais bem classificada nas eleições legislativas de Setembro de 1992, o MPLA, é que deve ter sempre a última palavra a dizer na condução dos assuntos do Estado, sem que haja lugar a nada parecido com uma partilha do poder.

Entretanto, o Governo alegou esta semana haver conseguido garantir o controlo total da cidade do Cuito, capital da província do Bié, a Leste do Huambo, e zona onde desde há ano e meio também se fazia muito sentir o poderio militar da UNITA. A ser assim, os governamentais estariam finalmente a recuperar agora algum do terreno perdido no Planalto Central de Angola durante o ano passado.

Se o Conselho de Segurança da ONU realmente desejar apertar as sanções ao partido de Savimbi, conforme Butros-Ghali propôs, poderá mandar congelar as contas da UNITA no estrangeiro, encerrar os escritórios do grupo e levantar restrições às viagens dos respectivos dirigentes.

Centenas de angolanos estão a morrer diariamente devido à guerra, à fome e às doenças a elas associadas. ■

Cabo-verdianos discutem em Lisboa futuro do arquipélago

A décima primeira ilha

PÚBLICO, 1.7.94

José Eduardo Agualusa

"Integrar a diáspora crioula no todo nacional, promovendo a participação activa dos emigrantes na vida política e social do arquipélago, parece ser a principal proposta do Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora. O Grande Auditório da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, está transformado numa espécie de grande parlamento crioulo onde tudo se discute, desde a educação da segunda geração de emigrantes à criação de uma federação de ilhas em substituição do actual regime.

Prosseguiram ontem, no Grande Auditório da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa, os trabalhos do Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora. O Congresso teve início na passada quarta-feira com uma sessão solene onde intervieram o Presidente português, Mário Soares, e o seu homólogo de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro.

A iniciativa juntou para cima de trezentos e cinquenta emigrados, na sua maioria profissionais liberais provenientes de vinte e um países. Cabo Verde, um arquipélago de dez ilhas com um total de quatro mil quilómetros quadrados, abriga uma população de 340 mil habitantes. A maioria dos cabo-verdianos — cerca de 700 mil — reside no estrangeiro, fugidos a secas cíclicas que no século passado chegaram a vitimar num único ano, 1830, um terço da população.

Ao contrário de experiências semelhantes, como o Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior, em 1990, a actual iniciativa conseguiu superar clivagens partidárias, decorrendo num ambiente de grande tranquilidade. Entre os participantes contam-se militantes do PAICV, do MpD, no governo, de outras forças políticas e mesmo de cidadãos cabo-verdianos que defendem a reintegração do seu país no território português.

"Usar e deitar fora"

A situação dos emigrantes cabo-verdianos na Europa é uma das preocupações dos congressistas. Esta preocupação ficou evidente logo na abertura dos trabalhos, quando o Presidente do Congresso, Lucas Filipe da Cruz, criticou "as sociedades que usam e deitam fora", numa alusão à actual política europeia de expulsar os emigrantes africanos. Respondendo a estas críticas, Mário Soares chamou a atenção para o facto dos portugueses serem também um povo de emigrantes, pelo que estão particularmente bem colocados para compreender o drama da diáspora crioula.

Ontem, os congressistas começaram por debater os caminhos do desenvolvimento do seu país e a contribuição possível dos quadros cabo-verdianos no exterior. Carlos Tomaz Veiga, Ministro da Coordenação Económica do actual governo, defendeu o desmantelamento da economia centralizada, herança do anterior regime, e a transformação do arquipélago num "centro de prestação de serviços no meio do Atlântico". Para o governante cabo-verdiano é necessário integrar o país no mercado internacional, atraindo o investimento externo e promovendo o sector privado. Em relação às comunidades emi-

Continua na pág. 5

Conclusões do congresso cabo-verdiano

É tão pouco o que Portugal faz

PÚBLICO, 2.7.94

José Eduardo Agualusa

Terminou ontem, com algum ressentimento contra Portugal, que "nada faz pela integração", o Congresso de Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora. Muitos projectos concretos e desabafos sentidos marcaram os três dias de trabalhos, que juntaram no grande auditório da Caixa Geral de Depósitos perto de 350 pessoas provenientes de 21 países.

"Os cabo-verdianos vagueiam pelo mundo com uma pátria no coração e outra no passaporte, e na realidade sem pátria alguma, pois o país pertence apenas a alguns eleitos." Com estas palavras, um congressista vindo da Noruega condenou a apatia do Governo do arquipélago relativamente ao fenómeno da emigração.

Outras comunicações expressaram igual sentimento de abandono. Porém, a maioria dos congressistas aproveitou o momento para apresentar propostas concretas, visando uma maior ligação entre a populaçao residente nas ilhas e as diversas comunidades emigrantes. Entre estas propostas destaca-se a ideia de transformar as associações de emigrantes em grupos de pressão, capazes de defender os interesses do seu país no mundo.

Em entrevista ao PÚBLICO, Juvino Peres, um dos quatro delegados provenientes dos Estados Unidos, defendeu a ideia: "Estamos a criar um 'lobby' para a defesa da nossa etnia, e já há cidades onde os 'mayors' vêm até às nossas associações e ouvem o que temos para dizer. Em Brochton, o 'mayor' já aceitou realizar, a 5 de Julho, o dia de Cabo Verde, fechando ruas e organizando festas com bandas de música". Juvino vive em Rhode Island há dez anos, trabalhando numa tipografia onde todos os cinquenta empregados falam a nossa língua, entre portugueses, cabo-verdianos e brasileiros. Segundo ele, "os cabo-verdianos não têm grandes problemas de integração nos Estados Unidos, pois é um país onde se respeita a cultura do 'outro'.

Há problemas de racismo, mas é em relação ao negro americano. O cabo-verdiano é tratado de outra forma".

Portugal: "nada"

Manuel Correia, um dos raros africanos com posição de destaque no movimento sindical português, explica a difícil integração dos cabo-verdianos na sociedade portuguesa em razão, precisamente, do não reconhecimento da cultura crioula: "Em termos de integração, a comunidade cabo-verdiana em Portugal é a que está em piores condições, o que é absurdo pois falamos a mesma língua. O não reconhecimento do 'outro' dificulta a integração. O Senegal, embora seja um país em situação económica mais difícil que Portugal, integrou a comunidade cabo-verdiana de forma exemplar. Hoje há cabo-verdianos em toda a vida política, cultural e económica no Senegal. Em Portugal, primeiro rejeita-se e depois é que se tenta integrar. Ao contrário de todos os outros países, que apoiam as associações de emigrantes porque sabem que isso facilita a integração das pessoas, Portugal não tem feito rigorosamente nada".

William Gomes, professor universitário americano de ascendência crioula, pensa que Portugal tem um importante papel a desempenhar não apenas na integração da comunidade cabo-verdiana aqui radicada, mas também no destino das ilhas: "Portugal criou Cabo Verde", disse Gomes falando em inglês e crioulo: "nós somos filhos de Portugal, e os pais têm obrigações para com os seus filhos. Têm o dever moral de apoiar os filhos".

Entre as outras propostas apresentadas, destaca-se a sugestão de alterar a actual legislação cabo-verdiana, dando o direito a voto nas eleições autárquicas a todos os imigrantes de língua portuguesa: "Assim poderíamos exigir reciprocidade ao Governo português", explicou o poeta Corsino Fortes, defendendo na mesma altura a institucionalização de um fórum de reflexão à semelhança do Congresso de Quadros: "É necessário repetir esta experiência pelo menos de dois em dois anos, nas diferentes capitais da diáspora crioula." Outro congressista defendeu a criação de um Ministério da Emigração, enquanto o antropólogo Mesquitela Lima apresentou o projecto para um museu da cultura crioula, sugerindo para o mesmo o nome de Amílcar Cabral. ■

Continuação da pág. 4

A décima primeira ilha

gradas, Veiga defendeu a maior participação destas na vida do país: "a evolução das comunidades pode determinar o futuro do país, desde que se consigam transformar em força actuante capaz de influenciar o poder".

A cultura crioula

A presença na mesa de Eugénio Inocêncio, antigo embaixador em Lisboa — acusado de corrupção e substituído por um velho príncipe da diplomacia crioula, José Luis Jesus —, suscitou alguma admiração entre o público presente na sala. Inocêncio, que preside à Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal-Cabo Verde, reflectiu longamente sobre a cultura crioula — "Reflectir sobre a própria cultura é como tentar sentir o nosso próprio cheiro no meio de um prado" —, defendendo que "a empatia com outras culturas, a alegria e universalidade da nossa cultura mestiça" facilita a relação entre os cabo-verdianos e outros povos, e logo a integração das ilhas no mundo. Ao mesmo tempo é necessário, segundo Inocêncio, "integrar a diáspora no todo nacional". Esta ideia — que pretende afinal transformar as comunidades de emigrantes na décima primeira ilha do arquipélago — foi depois retomada por vários congressistas, como o economista José Estevão, professor no Instituto Superior de Economia, em Lisboa, segundo o qual os técnicos cabo-verdianos no exterior "têm em certa medida sido marginalizados em detrimento dos profissionais da cooperação".

Entre as diversas ideias, lançadas durante o espaço para debate, o público aplaudiu a sugestão de Lívio Borges e Mesquitela Lima para rever o actual modelo político, substituindo o governo central por governos autónomos em cada ilha, e transformando a actual República de Cabo Verde numa federação.

Após o almoço, os congressistas discutiram "A Problemática da Integração dos cabo-verdianos nos Países de Emigração". Álvaro Apolo, antigo dirigente da Associação cabo-verdiana, acusou o governo português de não ter ainda investido numa "política de imigração que assuma as comunidades de imigrantes como corpo integrante da sociedade portuguesa". Álvaro Apolo abordou ainda o problema da legalização dos imigrantes (apenas se legalizaram dez mil, num total estimado em mais de oitenta mil), levantando a questão do que fazer a essa imensa maioria que continua em situação irregular.

Finalmente, Apolo fez apelo a uma reforma educativa que tenha em conta a juventude crioula, incrementando a rede pré-escolar junto dos bairros, aumentando as horas de compensação educativa para apoio no ensino da língua e editando manuais escolares que contemplem as especificidades culturais das minorias étnicas: "Sem cair em alarmismos, nem em estereótipos, apenas queremos prevenir que, no que concerne à segunda geração, estamos assentes num barril de pólvora. Afinal, que futuro para os nossos filhos, homens de amanhã da sociedade portuguesa? Quem pode ficar indiferente?" ■

"Não fizeram nada para me ajudar porque já estavam mortos"

PÚBLICO, 1.7.94

O "stress" das crianças na guerra

O ANGOLANO António, de 12 anos, contou: "Fugi da guerra: ouvi muitos tiros e vi toda a minha família ser morta, pai, mãe e dois irmãos... Senti muita dor e vim para Luanda para evitar a dor. Estou muito nervoso... Estou sozinho, não tenho família nem parentes em Luanda. Não fizeram nada para me ajudar porque já estavam mortos."

O psicólogo do comportamento Karsten Hundeide, da universidade de Olso, e o pedagogo português Pedro Mendes recolheram este e outros testemunhos entre os já muitos milhares de crianças de rua de Luanda, em Janeiro de 1994. No próximo mês vão voltar a Angola e continuar o trabalho do International Child Development Programmes (Programas Internacionais de Desenvolvimento da Criança), uma organização com base na Noruega que acredita ser possível diminuir o sofrimento das crianças nos países em guerra e em extremas condições de pobreza e fome.

É um trabalho que tem ser bem preparado, pois não se trata apenas de arranjar maneira de lhes dar de comer, vestir e dormir. Quando uma criança sofreu uma perda irreparável, como a morte dos pais — ou ficou ela própria ferida — podem durar para sempre os danos psicológicos. A resposta deve ser entregue a pessoas com preparação para reagir aos primeiros momentos traumáticos e aos meses e anos seguintes, onde são frequentes, por exemplo, terríveis pesadelos nocturnos.

Durante vários dias, em Linda-a-Pastora, nos arredores de Lisboa, Hundeide e Mendes dinamizaram um seminário de preparação de angolanos ligados a organizações de ajuda social, leigas e religiosas. O encontro contou também com a ajuda preciosa da investigadora israelita Ofra Ayalon, da universidade de Haifa, que há mais de 25 anos estuda o stress de guerra nas crianças. Participou, por exemplo, no folheto pedagógico que ensinou os pequenos israelitas a usar as feias as máscaras de gás durante a Crise do Golfo. Fez estudos que têm sido utilizados por várias pessoas que trabalham com as crianças bósnias.

"As crianças são crianças em todo o mundo", diz Ofra, mas acrescentado que, na guerra, "ficam adultas muito depressa. Perdem a sua infância e essa é a sua maior perda." Transformam-se rapidamente em "aprendizes da guerra".

Em combates, debaixo de longos bombardeamentos, em migrações forçadas, tudo pode acontecer: "Se uma criança perdeu os pais, e sofreu também fisicamente, pode querer morrer. Isto acontece muito. A separação dos pais é ainda mais dura que a dor. Mas também acontece que a dor física pode ser tão grande e dura que 'encubra' por algum tempo a separação."

Ofra Ayalon acabou por viver pessoalmente o objecto do seu estudo. Adoptou uma das crianças que foi alvo do terrorismo no seu país. A 15 Maio de 1974, três comandos árabes cometeram o maior massacre contra civis israelitas, em Ma'alot, perto da fronteira com o Líbano. A sua filha adoptiva, então com cinco anos, viu entrar os homens em casa e matarem o seu pai, a sua mãe que estava grávida, antes de lhe despejarem várias balas na barriga. Julgaram que ela estava morta.

Hoje, lembra-se com todo o detalhe que o atirador se ria enquanto os matava. Os três homens seguiram depois para uma escola, onde fizeram dezenas de reféns. Antes de serem mortos pelas autoridades isaelitas, assassinaram mais 22 crianças e feriram 56. A filha passou anos de pesadelos e medo, até conseguir recuperar. Um dia alistou-se no exército mas, ao primeiro disparo que fez, a memória regressou-lhe com violência.

"O nosso trabalho é importante", relembra, ao seu lado, Karsten Hundeide. "É possível diminuir o sofrimento." ■

Rui Cardoso Martins

Votar às escuras

EXPRESSO, 2.7.94

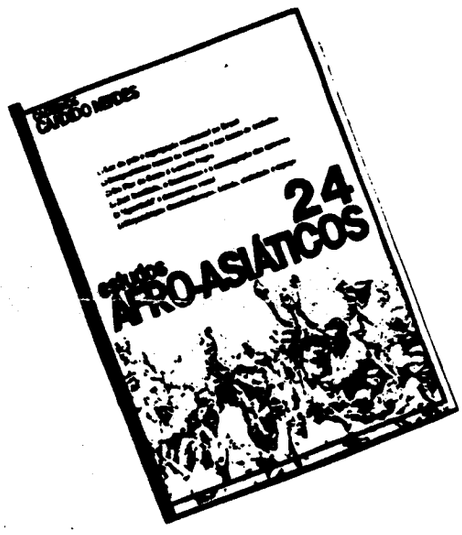
JOÃO ia contente com a bandeira do PAIGC na mão e a fotografia de Nino Vieira estampada na camisola que lhe oferecera o partido. Ontem, foi dia de festa para ele e para muitos outros jovens que se apinhavam com rostos radiosos nas velhas camionetas que, a buzinar, transportavam os apoiantes do Presidente para o grande comício de Bissau.

Nino Vieira

Na capital guineense, outro rapaz da mesma idade, com idêntica alegria, gritava e cantava no animado desfile organizado por Kumba Yalá, um dos chefes da oposição mais queridos pelos numerosos pobres da periferia de Bissau.

Muitos milhares de pessoas transformaram a capital da Guiné-Bissau num pandemónio até ao cair da noite, até ser invadida pela escuridão.

A democracia, apesar de saudada vibrantemente por uma população ainda carente de muitas outras coisas fundamentais, não trouxe até agora energia aos inúteis postes de electricidade de Bissau.



D.R.

Eleições em risco na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 1.7.94

A ESCASSAS horas das eleições legislativas e presidenciais da Guiné-Bissau, surgiram complicações originadas pela falta de meios de transporte necessários para garantir a votação em algumas regiões do país, sobretudo nos locais de mais difícil acesso.

Ao fim da tarde de ontem, a Comissão Nacional de Eleições voltou a apelar ao Governo que lhe facultasse 20 veículos de todo o terreno sob pena de comprometer a realização das eleições. O caso mais complicado verifica-se na região de Oio, província do Norte da Guiné-Bissau, onde os elementos da Comissão Regional de Eleições não dispõem de locais apropriados e seguros para instalar as mesas de voto. Isto porque não foram construídos, conforme havia sido acordado com o Governo, espaços cobertos para abrigar os eleitores do sol e da chuva.

Uma fonte da mesma comissão regional disse ao PÚBLICO que o acto eleitoral não se realizará nesta região se até domingo não forem garantidos os meios necessários. Em Oio concentra-se 25 por cento do eleitorado.

Entretanto, a meio da tarde, Bissau encontrava-se sob grande animação, marcada por um comportamento cívico e sereno da população, devido à realização de comícios de encerramento da campanha por todas as forças políticas concorrentes. Os tambores e as koras, instrumento de cordas, marcavam os ritmos das multidões que dançavam e cantavam. ■

Eduardo Dâmaso, em Bissau

Fim de campanha eleitoral na Guiné-Bissau

Danças com mortos

PÚBLICO, 2.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso, em Bissau

A recta final da campanha foi marcada por uma deliberada dramatização, em que emergiram os mortos de 20 anos de poder do PAIGC. Para além duma luta entre a memória e o esquecimento, é também sinal da dor e dos ódios que caracterizam a vida política guineense.

A mulher que falava para as câmaras de televisão tinha uma voz firme mas emocionada. Era Fernanda Évora Pã, a viúva do antigo procurador-geral da República da Guiné-Bissau, Viriato Pã, fuzilado em 1986 por alegado envolvimento numa tentativa de golpe de Estado para derrubar Nino Vieira, a quem ajudara a subir ao poder no "movimento reajustador" de 14 de Novembro de 1980, que depôs o anterior Presidente, Luís Cabral.

Com os olhos fixos no écrã dirigia-se à mãe de Nino Vieira: "Peço-lhe que interfira junto do seu filho para que nós possamos saber onde estão enterrados os nossos familiares. É como mãe que lhe faço este pedido".

O apelo, inserido no último tempo de antena do Partido da Convergência Democrática (PCD), é de quem, passados quase dez anos, ainda não enterrou os seus mortos, não tem campas onde deixar flores e chora em silêncio.

As memórias das mortes do regime de 20 anos de domínio do PAIGC, e de outras ocorridas em circunstâncias nunca esclarecidas, como a do português Jorge Quadros, emergiram na recta final da campanha eleitoral, numa deliberada dramatização dos discursos políticos, a vincar bem o rasto de insídias e de ódios que caracteriza a vida política guineense.

Assiste-se a uma estranha coreografia de danças com mortos, na espécie de luta entre o esquecimento e a preservação da memória das perseguições e das execuções sumárias dos antigos "comandos africanos" — ocorridas após a independência —, e, depois, de alguns dos homens que ajudaram Nino Vieira a ascender ao poder — casos de Paulo Correia e Viriato Pã, fuzilados em 1986. Purgas e ajustes de contas ainda muito presentes na vida social e política locais, que representam o rosto do terror e do medo.

São mortos que ainda ontem voltaram a estar presentes numa conferência de imprensa do PAIGC, com a participação do ministro das Finanças Filinto Barros. "Em 1976, houve excessos, com execuções sumárias e valas comuns de antigos comandos africanos. Foram erros do passado que o PAIGC praticou e pelos quais já pedimos desculpa. Nessa altura, estava infelizmente em vigor a pena de morte", disse Filinto Barros. Mais parco de palavras se mostrou quanto aos factos do 17 de Outubro de 1986, limitando-se a dizer que foram "executadas seis pessoas condenadas por alegada conspiração contra a ordem estabelecida". Para o ministro das Finanças "a lei vigente no país foi respeitada", aludindo ao fuzilamento de Paulo Correia.

Mas ainda ontem, no último dia de campanha, começou a circular em Bissau uma carta aberta à população, assinada pelo empresário luso-guineense António Pinheiro, e amplamente divulgada pelo departamento de propaganda do PAIGC, em que acusa Domingos Fernandes, o candidato do Movimento Bafatá, partido que é cada vez mais apontado como um provável vencedor das eleições legislativas, de ter sido o mandante do homicídio de um jovem dirigente político do Partido Democrático do Progresso (PDP), João Sequeira.

Ex-militante e dirigente do Bafatá, João Sequeira morreu no ano passado, em Lisboa, em estranhas circunstâncias que originaram, no entanto, uma versão inicial de suicídio. Porém, na carta de Pinheiro, é afirmado que João Sequeira "recebeu em sua casa em Lisboa três capangas do Movimento Bafatá, ex-comandos africanos, que por métodos violentos exigiam a entrega de dinheiro que pertencia ao partido. Tendo o malogrado João Sequeira recusado a entrega do dinheiro este foi-lhe retirado à força e posteriormente empurrado de um sétimo andar".

Na mesma missiva, António Pinheiro, em tempos muito próximo do PAIGC, acusou ainda Domingos Fernandes de pertencer a uma rede de tráfico de droga e de ter eliminado um cunhado, também em Lisboa, que tencionava denunciá-lo às autoridades.

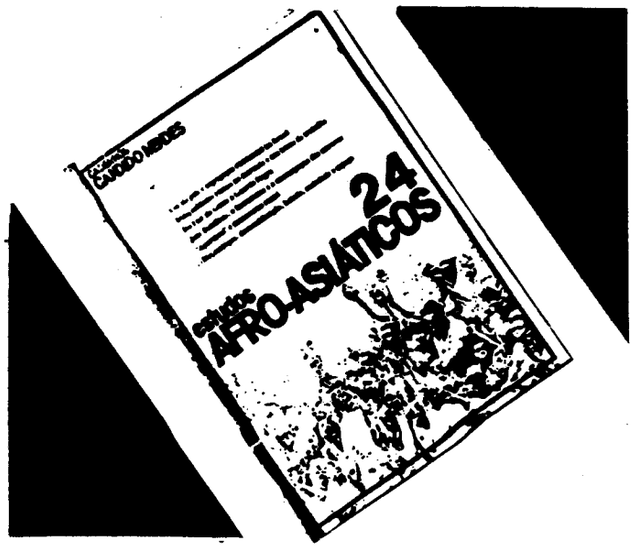
Segurança "fecha" o país

Esta dramatização final da campanha reflecte-se no plano da preparação da máquina de segurança do Estado para o dia das eleições. A Guiné-Bissau será um país isolado no domingo. As fronteiras vão estar encerradas e o espaço aéreo fechado até à meia-noite. Bissau será uma cidade controlada por barreiras das forças de segurança e a circulação automóvel está proibida entre as 15 e as 20 horas, a não ser nos casos excepcionais de jornalistas acreditados pelo Ministério do Interior. Os "ninjas", polícia de intervenção rápida, estão nas ruas desde esta semana, sem uniformes, vestidos à paisana e misturados na multidão.

Por toda a cidade têm circulado rumores sobre uma possível deslocação de Nino Vieira a França, logo no dia a seguir às eleições, para participar na abertura dos jogos da francofonia. Na conferência de imprensa do PAIGC, nem Filinto Barros nem Helder Proença confirmaram ou desmentiram a viagem do Presidente cessante. Limitaram-se a dizer laconicamente que "só o Presidente sabe se vai viajar ou não...".

A possibilidade de Nino Vieira viajar na segunda-feira era ao fim da tarde de ontem uma das preocupações da oposição porque, em Bissau, se consolidou uma lenda: sempre que Nino viaja acontece qualquer coisa no país. O que é tão mais curioso quando um dos hábitos do Presidente é exactamente viajar. Mesmo assim, ao fim da tarde de quinta-feira, João da Costa, dirigente do PRD, membro da coligação União Para a Mudança, disse ao PÚBLICO "esperar o pior" caso se confirme tal viagem.

Mas os rumores são uma verdadeira instituição na capital guineense. Ainda ontem circulava um outro, sobretudo nos bairros mais populosos e degradados de Bissau, onde a maior parte da população é analfabeta: algumas pessoas mostravam-se reticentes em votar por acreditarem que as urnas de voto continham um dispositivo de vídeo para filmar os boletins e que, assim, o Governo e a polícia ficariam a saber em quem tinham votado... ■



RDP prepara ofensiva em África

A RDP Internacional (RDPI) transmite, actualmente, para os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) apenas através de ondas curtas e de sinal de satélite, não tendo qualquer emissor de FM no continente.

Isto num momento em que a Radio France Internacional (RFI), que encetou uma política de difusão da cultura francesa nos PALOP, percebeu que não é possível através da onda curta manter uma presença constante num território longínquo. A RFI inaugurou um canal de FM (frequência modulada) em Cabo Verde e na Guiné-Bissau e prepara-se para inaugurar uma rede de FM em São Tomé e Príncipe e em Moçambique. A estação transmite para os PALOP 23 horas diárias em francês e uma hora em língua portuguesa.

A ofensiva francesa na Guiné poderá no entanto sofrer um revés, uma vez que a RFI não consultou o Conselho Nacional de Comunicação Nacional antes de assentar arraiais. Há quem considere que as emissões em Bissau da RFI são simplesmente ilegais.

A onda curta é a actual lança em África da rádio pública portuguesa. Mas, embora os transístores de onda curta sejam usuais em todo o continente, onde existe o hábito de receber emissoras internacionais, o sinal transportado por este tipo de ondas de baixa frequência é de difícil captação, com falhas frequentes. De acordo com Jaime Marques de Almeida, director da RDPI, é complicado manter uma transmissão em contínuo por mais do que duas horas.

Assim, através do emissor de ondas curtas, instalado em Lisboa, a RDPI transmite apenas em duas faixas horárias — entre as 11H00 e as 13H00 de Lisboa e entre as 18H00 e as 22H00 —, sendo a programação igual à emitida para toda a Europa e para o continente americano. Com uma excepção: o noticiário de meia hora diária dedicado aos assuntos africanos. Entre as 21H00 e as 22H00, a RDP fornece meia hora de um serviço em inglês e meia hora em francês. De acordo com Jaime Marques de Almeida, este período destina-se a promover a cultura portuguesa entre as populações francófona e anglo-saxónica.

EXPRESSO, 2.7.94

O plano diplomático

O satélite Statsionar 2 transporta para África a programação integral da RDPI, bem como a da Antena 1. Mas como para captar os sinais de satélite é necessária uma antena parabólica, equipamento raro nos PALOP, a não ser em embaixadas ou departamentos oficiais, a emissão via satélite tem muito pouco impacto. Em África, é um luxo asiático.

Durante o mês de Julho, poderá ficar definido entre a Secretaria de Estado para a Cooperação e o sub-secretário de Estado Amândio de Oliveira, que detém a tutela da Comunicação Social, um plano para uma maior implantação nos PALOP da rádio e da televisão portuguesas. De acordo com Américo Ferreira, assessor do secretário de Estado para a Cooperação, a verba extra já existe e até ao final do ano poderá haver emissores de FM em África a difundirem a RDP I.

A primeira fase da operação de reforço da posição da RDP e da RTP em África custará cerca de um milhão de contos.

Por outro lado, segundo a mesma fonte, os contactos diplomáticos com os países lusófonos estão avançados, não existindo qualquer obstáculo. Segundo Américo Ferreira, a intenção de construir uma rede de FM em África não foi provocada pela recente investida francesa. **«O plano de difusão dos meios de comunicação portuguesa existe há cerca de ano e meio e integra-se numa operação mais vasta que passa pela divulgação da língua e da cultura portuguesas e pela construção de escolas».**

TELMA MIGUEL

Desacordos com fronteiras

EXPRESSO, 2.7.94

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

CROCODILE Bridge, a poucos quilómetros dos postos fronteiriços de Ressano Garcia (Moçambique) e Lebombo (África do Sul) é ponto de passagem obrigatório para quem viaja pela estrada de Maputo a Johanesburgo.

Um destacamento de soldados sul-africanos, brancos e negros, sujeita a rigoroso «check in» a documentação e as bagagens dos viajantes, detendo e recambiando os indocumentados ou os portadores de passaportes falsos.

Na passada quarta-feira, dos 18 passageiros que seguiam a bordo do táxi colectivo da «Associação Lhuvukane» em que viajávamos, 12 ficaram em terra em Crocodile Bridge. Na estrada, dezenas de homens e mulheres — muitas com crianças de colo — aguardavam meio de regresso.

Contrariamente ao que os moçambicanos pensavam, que com a subida de Nelson Mandela ao poder tinham as portas abertas para atravessar livremente a fronteira, desde a realização das primeiras eleições multirraciais no país vizinho, o patrulhamento da fronteira foi reforçado e tudo leva a crer que as coisas ainda vão apertar mais.

«Esses tipos (do ANC) são uns ingratos. Nós que os apoiámos durante tantos anos e eles a apertar-nos assim; apertem com os zairenses e quenianos que andam por aqui aos montes. Alguns até foram mercenários de Savimbi», queixou-se um funcionário da delegação do Ministério do Trabalho de Moçambique em Joanesburgo, instituição que trata dos assuntos dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul, cerca de cem mil, segundo as estatísticas oficiais.

Para Tomás Macandza, um moçambicano que trabalha na capital comercial sul-africana, as medidas tomadas pelas autoridades de Pretória são justas «porque a maioria dos zaragateiros na África do Sul são moçambicanos» e o número de pessoas em situação ilegal, não pára de crescer.

Depois do fim das hostilidades entre as tropas governamentais e da Renamo, Maputo e Joanesburgo, que distam 600 quilómetros, ficaram mais próximas, dependendo obviamente das posses de cada um.

Os moçambicanos mais afortunados — «economicamente estáveis» como aqui se diz — optam, naturalmente, pelo avião. Mas podem também preferir a «Pantera Azul», um autocarro de luxo que faz duas viagens por semana. Está equipado com televisão, vídeo, ar condicionado e casa de banho. O preço da passagem — 150 rands (cerca de 7500$00) — inclui serviço de café, chá, sumos e sanduíches a bordo, servidos por uma atraente e atenciosa hospedeira. O «Pantera Azul» é um dos meios colectivos rodoviários mais rápidos, se se considerar que a «tripulação» inclui os serviços de um diligente «comissário de bordo» que, com umas garrafas de «whisky» e muitas palmadinhas nas costas facilita a passagem nos dois lados da alfândega, tanto do lado moçambicano como da parte sul-africana.

Para os menos abonados, ficam os táxis colectivos mais conhecidos pelo nome de «Zolas» (em homenagem a Zola Budd, a atleta sul-africana mundialmente famosa nos anos 80). Maria Helena, mãe solteira com cinco filhos, disse preferir viajar nos «zolas» porque «são mais "rentáveis"» (tendo em conta a sua profissão, entenda-se...) apesar de admitir que são arriscados, porque os condutores gostam da velocidade.

Seja como for, as zonas fronteiriças, de ambos os lados da linha divisória, vêem proliferar os mais variados tráficos e é por isso que Maputo e Pretória tencionam estabelecer com urgência um tratado de extradição para impedir a travessia ilegal da fronteira, roubos e contrabando, nomeadamente de gado e armas, e responder às insistentes reclamações dos agricultores e polícias da região.

A necessidade do acordo tornou-se premente a seguir ao assassínio de cinco moçambicanos, por agricultores da região de Komatipoort, que os acusaram do roubo de cerca de mil cabeças de gado e de rapto de sete mulheres. **«Assim que tivermos o tratado de extradição assinado poderemos ir a Moamba e Maputo buscar o nosso gado e libertar as nossas mulheres»**, disse Mathew Phosa o governador da província do Transvaal e ex-conselheiro jurídico do Presidente Mandela.

Falsa partida

EXPRESSO, 2.7.94

Os Presidentes dos países lusófonos falharam o encontro, mas os embaixadores vão reunir-se

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

OS EMBAIXADORES dos seis países de língua portuguesa acreditados em Lisboa reúnem-se na próxima quarta-feira, dia 6, com o director-geral de Política Externa do Ministério português dos Negócios Estrangeiros. Será o primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, após o cancelamento da cimeira dos países lusófonos, que deveria ter-se realizado na passada terça-feira, em Lisboa.

Proposta elaborada pela diplomacia brasileira — como todos fazem questão de enfatizar —, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) começou a desenhar-se em Novembro de 89, quando os «sete» se reuniram, pela primeira vez, em S. Luís do Maranhão. O anfitrião foi o Presidente José Sarney, o «pai» do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, fundado nessa cimeira. Do Instituto para a Comunidade foi um salto fácil para a fértil imaginação de um homem chamado José Aparecido de Oliveira, o actual embaixador do Brasil em Lisboa, que foi ministro da Cultura de Sarney e que problemas de saúde impediram de ser nomeado titular da pasta das Relações Exteriores do Governo de Itamar Franco.

Em Brasília, em Fevereiro último, os ministros dos Estrangeiros dos «sete» criaram uma inédita estrutura de coordenação: o já referido Grupo de Trabalho de Concertação Permanente.

Intervenção de Soares

Foi esta comissão que tratou de desbravar o caminho para a realização da segunda cimeira lusófona, que teria como objectivo nuclear constituir a CPLP.

O mais fácil foi combinar o local: Lisboa. Mais problemática foi a data; a diplomacia portuguesa sugeriu o mês de Maio, mas o consenso acabou por fixar o dia 28 de Junho.

Ainda em Maio, Mário Soares aproveitou a tomada de posse de Nelson Mandela, na Cidade do Cabo, para falar do assunto aos Presidentes dos PALOP. «Todos disseram que sim, a começar por José Eduardo dos Santos», contou ao EXPRESSO uma fonte do Palácio de Belém. Em Junho, durante a cimeira da OUA, o tema voltou a ser abordado entre os Presidentes dos PALOP presentes em Tunes — e em termos positivos, como salientou Mascarenhas Monteiro à agência Lusa.

Os esforços da diplomacia dos «sete» ruiriam na madrugada de 15 de Junho, com a morte do sobrinho e secretário particular de Itamar Franco. Fortemente abalado, o Presidente brasileiro suspendeu a sua participação na cimeira ibero-americana de Cartagena das Índias. Itamar terá decidido logo ali não viajar até Lisboa — é pelo menos o que escreve em artigo publicado no diário carioca «Globo» do dia 25, onde sugere que contou com a compreensão do «Presidente Mário Soares» e do «ministro Cavaco Silva».

Conhecida, no dia 20, a ausência de Itamar Franco, ficou assente, entre Lisboa e Brasília, que Itamar nomearia o ex-Presidente José Sarney. Mas logo no dia 22 se tornou patente que Sarney não era alternativa aceitável pelos restantes «cinco». Na derradeira reunião do grupo de concertação, António Monteiro ainda insistiu, mas os embaixadores dos PALOP mostraram-se reservados.

Adiamento «inevitável»

No dia seguinte, o ministro santomense dos Estrangeiros, Albertino Bragança (o actual coordenador da diplomacia dos «cinco»), dirigiu uma carta a Durão Barroso, sugerindo o cancelamento do encontro. A 24, as restantes embaixadas africanas em Lisboa dirigiram ao Palácio das Necessidades uma nota verbal no mesmo sentido. Ao fim da tarde, o MNE divulgava uma curta nota, dando conta do cancelamento da cimeira. «Era inevitável», comentou para o EXPRESSO um diplomata português acreditado numa capital dos PALOP. «Os chefes de Estado dos 'cinco' são muito ciosos do estatuto dos seus cargos. E não aceitaram as razões de Itamar.»

As sete diplomacias terão, agora, de encontrar uma nova data. «Portugal aceita qualquer sugestão», salientou uma fonte autorizada do MNE. Mas estando Angola a braços com as negociações de Lusaca e Moçambique e o Brasil envolvidos em processos eleitorais, é pouco provável que a cimeira se efectue este ano. Por outro lado, o próprio local da conferência pode ser posto em causa — como o deu a entender o embaixador Aparecido, numa conferência de Imprensa concedida em Lisboa, onde tentou justificar a ausência de Itamar e acabou por ressuscitar o problema dos dentistas brasileiros a trabalhar em Portugal. A própria agenda de trabalhos poderá ser alterada. São Tomé, na qualidade de representante do «grupo dos cinco», já manifestou alguns propósitos nesse sentido. Também Soares deu um contributo, quando, ao falar na sessão de abertura do Congresso dos Quadros Caboverdianos da Diáspora, relançou a proposta da dupla nacionalidade — que não deixará de ser «agarrada» por alguns dos PALOP.

Retórica

EXPRESSO, 2.7.94

COM denominações e matizes diferentes, a criação de uma comunidade de povos de língua portuguesa é um sonho que data, pelo menos, dos anos 50. Durante décadas, quase não passou de retórica, devido a obstáculos estruturais de ordem política. É que uma comunidade só é viavel desde que construída por povos (que o mesmo é dizer nações, países e Estados) livres e soberanos. Deste ponto de vista, o 25 de Abril em Portugal — que permitiu o nascimento de cinco Estados lusófonos em África — e, posteriormente, o fim da ditadura militar no Brasil, pareciam ter criado finalmente as condições indispensáveis ao arranque de um tal projecto. Assim não aconteceu.

Atulhados até ao pescoço por problemas internos de simples sobrevivência, os cinco PALOP têm mais em que pensar. Cabe, assim, a Portugal e ao Brasil servirem de locomotiva.

É certo que têm feito alguns ensaios. Mas todas as suas iniciativas de mais fôlego têm sido goradas. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado na primeira cimeira dos «sete», vai para cinco anos, só existe no papel. As cimeiras luso-brasileiras, que deveriam realizar-se anualmente, tiveram a sua última edição em 1991, ainda com Collor de Mello. O acordo ortográfico, após um moroso e complicado parto, foi aprovado tardiamente, desconhecendo-se quando entrará em vigor.

De todos os projectos lançados, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa surgiu como o mais sério, audacioso e ambicioso.

Só que começou mal. Muito mal. O Presidente brasileiro, Itamar Franco, faltou mais uma vez a um compromisso internacional, ainda por cima inspirado pelo... Brasil. A diplomacia portuguesa só demasiado tarde percebeu que os chefes de Estado africanos não deixariam de reagir negativamente à inexplicável ausência do homólogo brasileiro. Quanto aos PALOP — sobretudo Angola e Guiné-Bissau —, mais uma vez privilegiaram a política interna.

O «encontro histórico» de Lisboa — como ontem o classificou o magoado e embaraçado embaixador José Aparecido — foi adiado «sine die».

Deixando espaço para um reforço da investida das línguas francesa e inglesa, que nós últimos tempos têm marcado pontos nos países mais fracos e frágeis. Perante a impotência e alguns erros clamorosos da diplomacia portuguesa, que continua a preferir o palavreado à agressividade e à eficácia.

J.P.C.

Incerteza até ao fim

O actual figurino político poderá alterar-se por completo após as eleições de amanhã

DANIEL RIBEIRO
na Guiné-Bissau

EXPRESSO, 2.7.94

É NUM clima de grande incerteza, de intensos boatos e sob medidas de segurança especiais que cerca de 400 mil eleitores da Guiné-Bissau, na sua maioria analfabetos, são convidados a votar, amanhã, nas primeiras eleições presidenciais e legislativas pluripartidárias do país. Ontem à noite, não era ainda certo que todo o dispositivo eleitoral estivesse pronto a horas — não se excluindo mesmo que a votação viesse a ser adiada em algumas regiões inteiras, nomeadamente do centro.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) alertava para diversas dificuldades logísticas e pedia insistentemente ao Governo e aos cidadãos que lhe emprestassem automóveis para o transporte das urnas. Em certas zonas não estavam ainda construídos os locais de voto.

Neste ambiente de certa tensão, realçada por medidas de segurança especiais — designadamente o fecho das fronteiras durante 24 horas e a limitação da circulação automóvel nas estradas e em algumas cidades —, a poucas horas da ida às urnas, Bissau fervilha com os rumores mais fantasistas, chegando-se a falar do adiamento das eleições.

Nos últimos dias da campanha eleitoral, que terminou ao fim da tarde de ontem em Bissau, dois candidatos às presidenciais e dois partidos concorrentes às legislativas pareciam destacar-se do lote dos favoritos — Nino Vieira, o actual Presidente, e Domingos Fernandes Gomes, o líder do RGB-BAFATA, principal concorrente do ex-partido único, o PAIGC.

Nino Vieira sentia nitidamente a pressão da oposição, não se excluindo na sede da sua candidatura uma vitória do RGB nas legislativas. Enquanto um dos apoiantes do Presidente-candidato avançava com a ideia de que «Nino ganha as presidenciais na primeira volta e o PAIGC não chegará à maioria absoluta na assembleia», um ministro do actual governo do PAIGC reconhecia que o BAFATA «fez uma campanha muito boa».

No partido de Domingos Gomes, embora publicamente se afirme que o movimento espera alcançar a maioria absoluta na primeira volta das presidenciais e nas legislativas, há quem se mostre mais moderado. O próprio líder reconheceu ao EXPRESSO que dificilmente conseguirá bater Nino Vieira na primeira volta, apostando numa eventual segunda volta e no apoio dos restantes candidatos da oposição para o derrotar.

Vários cenários

Fontes diplomáticas ocidentais em Bissau indicam acreditar num figurino que, a concretizar-se, modificaria completamente a face política da Guiné — uma coabitação inédita de Nino, na Presidência, com Domingos Gomes, na chefia do Governo.

A grande questão é saber qual seria a reacção das forças militares especiais e de segurança perante um desfecho deste tipo, questionando-se igualmente a posição que tomaria a ala mais ortodoxa do Governo. O PAIGC enfrenta dificuldades de relacionamento com a dúzia de partidos recentemente legalizados, mantendo apenas hipóteses de diálogo com o Partido da Convergência Democrática (PCD), de Victor Mandinga. No entanto, não é certo que os dois movimentos juntos consigam a maioria absoluta.

As restantes formações — entre elas as duas mais fortes, a coligação União para a Mudança (UM), que apresenta às presidenciais o muçulmano moderado Bubacar Djaló, e o Partido da Renovação Social (PRS), do radical Kumba Yalá — continuam a reafirmar a impossibilidade de assinarem qualquer acordo com o PAIGC.

Colocado perante a hipótese de atingir a maioria relativa ou de ser o partido da oposição mais votado nas legislativas, Domingos Gomes disse ao EXPRESSO que formará um Governo de «unidade nacional que incluirá personalidades competentes do PAIGC, mesmo talvez alguns actuais ministros».

Nos meios afectos ao actual poder encaram-se várias hipóteses, desde a das duas maiorias absolutas até à coabitação, que poderia ser aceitável para Nino Vieira. As mesmas fontes recusam no entanto duas hipóteses que representariam uma catástrofe para o poder: a derrota do PAIGC e de Nino ou a obrigatoriedade do Presidente disputar uma difícil segunda volta das presidenciais contra Domingos.

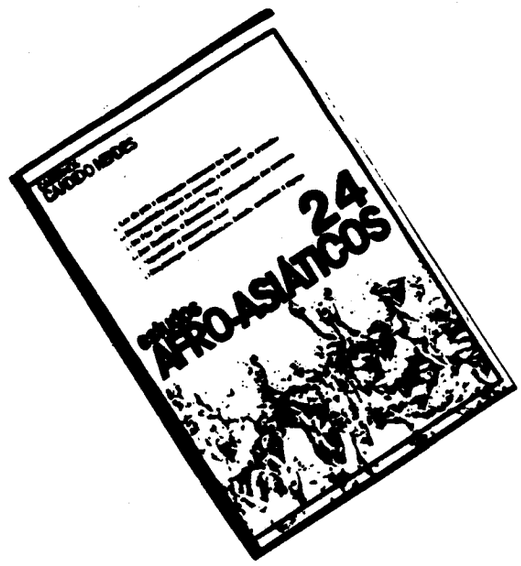
Entretanto, a CNE continua a dizer que não tem dinheiro para uma eventual segunda volta, o que poderia levar a um arrastamento perigoso do processo eleitoral se realizasse no prazo previsto (três semana após a primeira).

A grande incógnita é saber como vão votar as diferentes etnias guineenses. O mosaico complexo de uma dezena de etnias com certa importância complica os prognósticos, que são igualmente relativizados pelas diversas religiões e origens da população.

Mas o que certamente mais influenciará os resultados das eleições será a elevada taxa de analfabetismo — perto de 80% segundo estimativas oficiosas —, prevendo-se um elevado número de votos nulos num país que é um dos mais pobres do mundo.

CIMEIRA DOS PALOP VÍTIMA DE CONSPIRAÇÃO — Foi uma verdadeira "conspiração de circunstâncias" que levou ao cancelamento da cimeira dos chefes de Estado de Portugal, Brasil e PALOP, marcada para o passado dia 28, na qual seria formalizado o lançamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, afirmou ontem, em conferência de imprensa, o embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira. A morte do sobrinho do Presidente Itamar Franco, a entrada em circulação da nova moeda do Brasil, o recrudescimento da guerra em Angola, as eleições na Guiné-Bissau, as campanhas eleitorais em Moçambique são, na óptica deste diplomata, algumas dessas "circunstâncias". As negociações vão ser, entretanto, retomadas na próxima semana, no dia 7, pelo Grupo de Trabalho de Concertação Permanente da CPLP. A nova data deve ser marcada nesse encontro. "Itamar Franco está pronto a vir a Portugal em qualquer altura", assegurou o embaixador brasileiro. "Não acho que os PALOP tenham ficado melindrados com a sua posição. Quem suspendeu a cimeira foi Lisboa." ■

PÚBLICO, 2.7.94



Guiné-Bissau: a república da pobreza

PÚBLICO, 3.7.94

Do nosso enviado,
Eduardo Dâmaso
em Bissau

Vinte anos após a independência, a Guiné-Bissau realiza hoje as primeiras eleições pluripartidárias. Os resultados são imprevisíveis, pois a campanha eleitoral mostrou que doravante Nino Vieira tem de contar com a voz e a força da oposição. Mas uma simples viagem por Bissau faz-nos descobrir, para lá da alegria dos comícios e dos discursos, uma república de pobreza. Na versão oficial, é "um país viável" que atravessa as dificuldades naturais do Terceiro Mundo.

Os polícias não se contiveram e puxaram do bastão para reprimir a pequena multidão ruidosa que tentava forçar a entrada na sede do PAIGC, na praça dos Heróis Nacionais em Bissau. Não era uma manifestação de funcionários públicos, que são 15 mil em todo o país, e a quem o Governo não paga salários há quatro meses. Também não se tratava de antigos combatentes com as pensões por receber. Eram apenas algumas pessoas que pediam camisolas da candidatura de Nino, ou relógios com a sua fotografia, que começaram a ser vendidos por 20 mil pesos no mercado do Bandim e nos bairros pobres da capital. Outros queriam apenas uma peça de roupa para os próximos meses.

Era sexta-feira e o sol da manhã tinha chegado muito, muito quente, apesar da inconstância do clima na época das chuvas. Nas imediações do mercado de Bandim, à entrada da cidade, dominava uma cacofonia de gritos, buzinas, gargalhadas estridentes, gravadores de sons fanhosos, megafones de partidos em campanha eleitoral transformados em fontes de promessas, acusações e ressentimentos vários. Tudo debaixo de um calor e humidade insuportáveis, a colar a camisa ao corpo e a deixar a pele viscosa.

Bandim é o mercado onde de tudo se vende e compra, verdadeiro termómetro da economia guineense — uma autêntica bolsa de valores local que, à semelhança das praças da alta finança do mundo rico, de cada vez que espirra por falta de produto, deixa a economia da capital engripada.

Mas em Bandim também se mostra a face da pobreza da Guiné-Bissau. Por essas e outras ruas dos bairros de Belém, Alto Bandim, Ajuda, Mindará, e Alto Crim, ou já no coração da capital junto aos portos de Pidjiguiti e de Bissau, crianças tomam banho nas águas contaminadas de lixeiras e de campos pantanosos infectos, perfeitos caldos de cultura para todo o tipo de doenças. Há crianças que deitam linha e anzol à beira de esgotos para pescar sabe-se lá o quê. A atmosfera é sórdida e o ar quase irrespirável.

A limpeza como excentricidade

Em Bissau, o simples conceito de saneamento básico é encarado por alguns dirigentes como uma excentricidade dispensável. As lixeiras amontoam-se por quase todo o lado, desde os antigos bairros coloniais até às periferias mais pobres.

Junto do porto, as Nações Unidas estão a construir um prédio moderno para albergar todas as organizações que trabalham na Guiné-Bissau sob a sua égide. O edifício destina-se a dar melhores condições aos técnicos que colaboram no desenvolvimento do país, mas a sua localização não podia ser mais irónica. Encontra-se cercado por um pântano, em completa ruptura ambiental a dois passos de um aglomerado de palhotas, casas com cobertura de zinco e capim, de paredes que se desfazem aos poucos e sem electricidade — um bem que, diga-se, não chega nem a um quinto de toda a cidade.

Paradoxalmente, as centenas de casas, lojas, mercados, ou tão só "buracos" onde dormem, a qualquer hora, dezenas de pessoas amontoadas nos locais mais imprevisíveis, são servidas desde há três meses por pequenos troços de estrada alcatroada, que são dos melhores bocados de asfalto da cidade. Vestígios claros, naqueles bairros de verdadeiro "lumpen", de uma política eleitoralista, um género de "ferreirismo" guineense.

Esta manhã não corre nem uma brisa em Bissau e ao ar denso e pesado associam-se odores fortes dos fritos que se

Continua na pág. 12

Angola continua num limbo

Conselho de Segurança suspenso da acção de Mandela

PÚBLICO, 2.7.94

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas não atou nem desatou: prorrogou por um trimestre o mandato da Missão de Verificação em Angola (Unavem II) e deu 31 dias à UNITA para aceitar o conjunto das propostas que lhe têm sido feitas no sentido de se conseguir a paz entre os angolanos.

Ou seja, o Conselho — reunido em Nova Iorque ao fim do dia de quinta-feira (pela hora de Lisboa) — limitou-se a esperar que a cimeira marcada para a próxima semana em Pretória, sob a presidência de Nelson Mandela, possa produzir o milagre de desbravar algum caminho na aproximação entre as posições de Luanda e as da UNITA.

No entanto, a cimeira apenas vai servir para que o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, sob o beneplácito de Mandela, tente convencer o seu homólogo zairense, Mobutu Sese Seko, de que não tem nada a ganhar pela continuação do apoio à UNITA, que através de Kinshasa recebe muitos dos meios de que necessita para combater o regime de Luanda.

Facto curioso é o de esta reunião de alto nível se realizar logo a seguir à visita oficial que, a partir de segunda-feira, é efectuada à África do Sul pelo Presidente da França, François Mitterrand, outro estadista que há pouco recorreu a Mobutu para conseguir os seus intentos em solo africano. Neste caso, para conseguir passagem para o Ruanda.

Paris e Pretória são tidas hoje em dia como polos fundamentais no desenvolvimento de toda a África, antagónicos ou complementares, podendo ter uma palavra a dizer em assuntos tão diversos como o Zaire, Angola, o Ruanda e o Burundi, cada um deles com as suas particularidades.

A França, que desde o século passado talhou um império africano, vê agora à sua frente uma África do Sul de cara lavada, cheia de respeitabilidade, capaz de dar cartas em meio continente: e não a pode de forma alguma ignorar, sob pena de perder terreno numa zona que muitas vezes tem considerado coutada sua.

Mobutu, o sempre-em-pé

Por seu turno, Mobutu, o antigo sargento Joseph-Desiré do fim da colonização belga, homem que há mais de 30 anos não encontra no Zaire ninguém capaz de o derrotar, precisa agora da França, da África do Sul e quiçá de Angola para recuperar uma parte da credibilidade desde há muito perdida perante a comunidade internacional.

Daí o negócio que se antevê para 7 de Julho em Pretória: Mobutu poderá prometer não facilitar muito mais a vida a Jonas Savimbi, em troca da gratidão de algumas chancelarias estrangeiras, que passariam uma vez mais a esponja sobre todas as barreiras que tem levantado a uma completa democratização do Zaire.

No entanto, nem a UNITA nem os próprios anfitriões da cimeira de quinta-feira, os sul-africanos, acreditam que por um golpe de mágica se resolva agora em 24 horas um conflito cujos primórdios são anteriores à própria descolonização de Angola, há duas décadas. Só que o diálogo de surdos que já passou por Abidjã e por Lusaca poderá agora ir parar a Pretória, para que os "negociadores" não se cansem de estar sempre perante o mesmo cenário. ■ J.H.

Continuação da pág. 11

Guiné-Bissau: a república da pobreza

começam a preparar para o almoço nas cozinhas improvisadas que enchem as ruas e espaços ditos "verdes" apenas porque a erva cresce muito alta. Mas frequentemente sobrepõe-se a tudo um cheiro intenso a dejectos que saem dos canos abertos e invadem os passeios e as estradas.

Nas ruas de Bissau, capital do terceiro país mais endividado do mundo (devedor de 720 milhões de dólares), o cheiro da miséria é inconfundível e a sua face está nas pessoas, nas casas e no abandono a que uns e outros estão votados. Mesmo que alguém possa sempre dizer que África não se deve analisar pelo prisma de valores e olhares europeus, a verdade é que a miséria e a pobreza cheiram e parecem-se da mesma maneira em todo o mundo.

Talvez por isso, nesta época de abertura política na Guiné-Bissau e conhecida que é a sua profunda base étnica, não seja inocente o facto de o telejornal da televisão nacional transmitir diariamente mais de 20 minutos, em média, de imagens sobre a carnificina em curso no Ruanda.

As imagens cruéis da guerra tribal ruandesa afiguram-se então uma verdadeira ode à pobreza da Guiné-Bissau. É um encontro perfeito com o discurso do "pobre a caminho de ser remediado" que o poder faz, num apelo subtil à segurança e à estabilidade, chavões da campanha de Nino Vieira.

Todos os dias, nos céus da Guiné-Bissau, agitam-se os fantasmas da Somália, da Etiópia, de Moçambique e de Angola.

Símbolos de necessidades

Até os símbolos do poder não escapam ao manto de pobreza que cobre o país onde Portugal começou a perder a guerra colonial. O Ministério das Finanças, um símbolo do poder dos governos em qualquer parte do mundo, com os seus cobradores de taxas e impostos, deverá ser considerado com mais propriedade um símbolo de míngua e de necessidades, nesta verdadeira república da pobreza encravada na costa da África Ocidental.

É um edifício branco, a dar para o sujo, com um ar abandonado e paredes meias com um antigo "night-club" de marítimos em descanso de jornada longa pelos mares da costa africana, que dá para uma rua com pequenos pontos de asfalto isolados na terra argilosa e lamacenta. O mar fica mais à frente e é uma toalha de poluição condimentada de óleos e águas pesadas, a bater, preguiçosa, contra os ferros apodrecidos dos ancoradouros do porto de Bissau.

O Ministério das Finanças é um exemplo de parcimónia e grande austeridade ao fazer as dotações orçamentais para a saúde, educação, cultura e desenvolvimento rural, mas mostra como pode ser generoso ao atribuir verbas para os ministérios ligados à segurança do Estado e também para a Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade e da Pátria.

Dados fornecidos ao PÚBLICO pelo ministro das Finanças, Filinto Barros, apontam para uma atribuição de 20 por cento do orçamento para o Ministério do Interior, onde se concentram as polícias, e de apenas 15 por cento para a Saúde, área que se encontra num estado caótico, um verdadeiro drama guineense. A Educação, teoricamente, recebe o mesmo que o Interior.

É bom lembrar que esta divisão de verbas acontece num país que há dois meses atrás tinha apenas 300 mil dólares na reserva de divisas do Banco Central, e apresenta uma taxa de mortalidade de 25 por cento, um analfabetismo que supera os 70 e um desemprego galopante que já atinge mais de um quinto da população. "Estas são dificuldades normais no terceiro mundo mas o país é viável... É preciso não esquecer que recebemos de Portugal um país atrasadíssimo...", diz Filinto Barros.

O orçamento deste "país viável" é constituído em cerca de 80 por cento pelas receitas provenientes das ajudas financeiras internacionais. A Guiné-Bissau é o país que mais dinheiro recebe, "per capita", da comunidade internacional.

Apesar do optimismo relativo dos governantes, são números frios e impiedosos que estendem um tapete vermelho à entrada anunciada de uma outra realidade: a carência alimentar. Aparentemente, a fome ainda não tem lugar cativo na Guiné-Bissau. Nday é natural de Biombo, ganha a vida como empregado de balcão em Bissau e tem uma visão lúcida sobre o estado do seu país. "Aqui ainda não há fome, há uma crise profunda. Há gente preguiçosa que foge do trabalho e, essa sim, por vezes passa fome".

Sendo um país com bons terrenos para a agricultura, actividade que ocupa 80 por cento da população, não se confronta com uma grave escassez de alimentos. As bolanhas são férteis arrozais que predominam por todo o país e as florestas ricas em árvores de fruto. Os mares são ricos e a pesca é uma actividade tradicional que assegura a subsistência de milhares de famílias das zonas ribeirinhas.

A realidade é esta, mas a verdade é que a situação alimentar da Guiné-Bissau se deteriora aos poucos. Um estudo sobre a política nutricional do país, financiado pelo Banco Mundial, realça o facto de os níveis alimentares serem de todo incompatíveis com a promoção de bons índices de desenvolvimento. Concluía que as crianças e adolescentes têm um crescimento irregular e são afectados por um surto de doenças de pele provocado pela falta de vitaminas com implicações de foro mental.

A massa corporal é muito inferior ao normal e o consumo médio de calorias dos mais baixos do mundo. A situação na Guiné-Bissau é marcada por um "desânimo generalizado das pessoas pelo trabalho".

Em matéria de doenças, a Guiné-Bissau arrisca-se ainda a subir vertiginosamente na escala de tragédia da doença do século. A sida, supõe-se, afecta cerca de 15 por cento da população, que se encontra contaminada com o vírus HIV2, mas os números são oficiosos e, ao certo, ninguém conhece a extensão real do problema. Há quem palpite que, neste domínio, a Guiné-Bissau é um verdadeiro barril de pólvora.

A legitimidade da guerra

É assim o país que os vencedores das eleições legislativas e presidenciais de hoje herdam da gestão de 20 anos de poder do PAIGC, um partido que, perante tal quadro social e económico, centrou o seu discurso de campanha na evocação da legitimidade histórica da luta pela libertação.

A popularidade do PAIGC, apesar de não existirem sondagens credíveis, está contudo aquém do que as próprias representações diplomáticas em Bissau — casos da França e de Portugal — fazem crer, informalmente, em conversas nas aveludadas salas dos dois principais hotéis da cidade, onde se juntam jornalistas estrangeiros, observadores internacionais, deputados e diplomatas.

O comportamento de algumas das chancelarias mais importantes em Bissau parece passar, aliás, por um discreto apoio a Nino Vieira e ao PAIGC. Como sublinha um reputado observador da política local, Nino é o preferido de Portugal, França e Estados Unidos. Explicando melhor: aos portugueses deu oportunidades de alguns negócios (casos das empresas Soares da Costa, Somec, Marconi, Esta, entre outras); aos franceses tem aberto as portas para o avanço da francofonia ("a França e a língua francesa são uma porta de entrada da Guiné-Bissau na universalidade", diz o ministro da Educação); os americanos contentam-se com a barragem da progressão do islamismo no país.

Corrupção

Apesar do forte apoio internacional, Nino Vieira e o PAIGC não conseguiram evitar que a corrupção se transformasse num dos principais temas da campanha eleitoral. Toda a oposição, que, apesar de unida no tom das acusações contra o Governo também se dividiu entre si em acusações nesta matéria, levanta o dedo e promete revelações bombásticas. As palavras mais fortes são de Kumba Ialá, candidato do Partido da Renovação Social, que diz guardar novos dados para quando forem conhecidos os resultados.

A questão da corrupção, aliás, era explicitamente abordada numa das últimas edições do jornal "Nô Pintcha", suspenso temporariamente por lhe ter sido cortado o fornecimento de electricidade, o suficiente para evitar a sua saída. O artigo apontava a corrupção como um dos principais problemas do país e sugeria a criação de "uma faculdade de corruptologia". Semanas depois, o "Nô Pintcha" apresentava uma entrevista de quatro páginas ao candidato presidencial do Movimento Bafatá, Domingos Fernandes. Ficou às escuras até hoje...

Com um salário mínimo que só dá para comprar um saco de arroz, a par de uma burocracia estatal capaz de gerar pulsões suicidárias (ou homicidas) no utente dos serviços públicos, difícil seria que a corrupção não fosse praticamente uma forma de vida.

Às acusações, Nino e o PAIGC respondem com um encolher de ombros. Dizem que se trata de "um fenómeno preocupante das sociedades modernas", lembram que "há em todo o lado" e repetem o estafado argumento de que é uma coisa "mais ao nível de directores-gerais". Coisas, também, de um país que, ironiza um ministro do actual Governo, se fosse programado num computador, este responderia que não existe... ■

Oito listas em despique

Uma corrida imprevisível

PÚBLICO, 3.7.94

António Soares Lopes, em Bissau

Oito listas vão hoje às urnas nas eleições presidenciais guineenses, das quais ainda não se sabe se será necessária uma segunda volta, e outras tantas nas legislativas. Mas há grande incerteza quanto aos resultados, dado o ineditismo do acto.

Na véspera das primeiras eleições pluripartidárias guineenses, as projecções do que podem vir a ser os resultados eram condicionadas por algumas particularidades específicas do país. Até agora nenhum observador se aventurou em prognósticos definitivos, sobretudo porque não houve nenhuma sondagem credível.

Se inicialmente muitas pessoas davam como certa a eleição de "Nino" Vieira logo à primeira volta, hoje interroga-se à boca cheia se realmente ele terá alguma hipótese de chegar a uma segunda volta, caso ela se realize. Líder carismático, tido durante muito tempo como o símbolo da guerrilha do PAIGC, evidencia um desgaste muito grande e, porque chefe dos sucessivos governos desde 1980, a ele são atribuídos todos os desaires de governação e projectos mal medidos. As suas principais bases eleitorais, Bissau e a província Leste, estão hoje repartidas por forças da oposição. Em Gabu e Bafatá é notória a crescente presença do Movimento Bafatá, do Partido da Convergência Democrática e da União para a Mudança.

Em Bissau, o novo homem sonante da política guineense, que dá pelo nome de Kumba Ialá, filósofo licenciado pela Faculdade de Letras de Lisboa, aumenta a sua popularidade dia a dia a partir de críticas e acusações directas à pessoa de "Nino", prometendo, caso vença as eleições, entregar aos combatentes os "bens ilicitamente adquiridos pelos governantes, inclusivamente as 12 propriedades agrícolas do Presidente". Ialá tem sintonizado o discurso para os antigos santuários da luta, na zona sul, onde também predomina a sua etnia balanta. O líder do Partido da Renovação Social partiu da estaca zero, mas poderá vir a transformar-se na grande surpresa das eleições.

A força do Bafatá

O médico Domingos Fernandes Gomes conheceu situações difíceis após o regresso do exílio, ao ver o partido que dirige (Bafatá) ser acusado pelo empresário luso-guineense António Manuel da Costa Pinheiro de negócios pouco lícitos e de não pagamento de dívidas. Mas na hora do arranque da campanha eleitoral surpreendeu, pela força, vigor e apoio popular que transformavam os comícios em grandes festas. Encontra-se assim na primeira linha e é sem dúvida um potencial candidato.

O aladje ["hajj", que fez a peregrinação a Meca] Bubacar Djaló, antigo adido comercial da Embaixada do Brasil em Dacar e líder da Liga de Protecção Ecológica (LIPE), candidato pela União para a Mudança, uma coligação de seis partidos, apareceu numa altura em que o apoio dos muçulmanos a "Nino" Vieira era um dado adquirido. Muita coisa mudou desde então, constatando-se que no seio dos fulas e mandingas muitos eleitores mudaram a intenção de voto para o seu "irmão de fé". Uma votação maciça dos muçulmanos em Djaló colocá-lo-ia numa situação confortável e só por isso obrigaria qualquer um dos outros a uma segunda volta.

Entre os candidatos com algumas hipóteses também sobressai o empresário Carlos Domingos Gomes, apoiado pelo partido dos jovens quadros, Partido da Convergência Democrática (PCD). É um homem de Bissau, mas que devido à sua actividade é bem conhecido em todo o país. Ter sido preso nos regimes colonial, de Luís Cabral e de "Nino" Vieira é um dos seus trunfos.

A segunda linha

Na segunda linha da corrida presidencial estão três candidatos: o ex-primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, presidente do Partido Unido Social-Democrata, Kankoila Mendy, um historiador doutorado pela Sorbonne e líder da FLING, e a advogada Antonieta Rosa Gomes, que criou no Brasil o Fórum Cívico Social-Democracia, com o apoio de estudantes bolseiros residentes nesse país.

Vítor Saúde Maria, se no início da abertura política era uma das alternativas ao chefe do PAIGC, nos momentos derradeiros da campanha esmoreceu, quiçá por falta de um aparelho forte que o seu partido não foi capaz de ser.

O posicionamento dos "presidenciáveis" tem algo a ver com as forças políticas que os apoiam, excepção para "Nino", que se apoiou apenas no seu carisma, até porque o PAIGC não fez campanha. Nesta óptica, se uma eventual vitória sua pode significar "luz verde" para o PAIGC, também se admite que uma eventual derrota deste partido pode corresponder ao fim do respectivo líder.

Os partidos que nesta campanha fizeram mexer multidões foram o Movimento Bafatá, o PCD, o PAIGC, através do seu candidato, e os que se coligaram na União para a Mudança. ■

Presidente Trovoada exonerou o Governo

PÚBLICO, 3.7.94

O DECRETO presidencial que exonerou o Governo de Norberto Costa Alegre, a cerca de seis meses do término do seu mandato, foi tornado público pela rádio nacional de São Tomé e Príncipe às 13h locais de ontem (15h em Lisboa), tendo apanhado desprevenidos muitos observadores.

Embora fosse quase um dado adquirido que o chefe de Estado, Miguel Trovoada, se preparava para demitir o executivo, a convocação de uma greve geral para os dias 4, 5 e 6 deste mês, greve que provavelmente já não se efectua, e a proximidade dos festejos comemorativos do décimo nono aniversário da proclamação da independência, a 12 de Julho, levaram a acreditar que a decisão não iria ser tão imediata.

Com apenas cinco parágrafos, Miguel Trovoada ditou a sentença de morte do segundo governo do Partido da Convergência Democrática (PCD), empossado em Maio de 92, após ter exonerado o ex-primeiro-ministro Daniel Daio, por alegada deslealdade institucional, em Março desse ano.

O decreto presidencial diz ser necessário pôr termo ao mau relacionamento político que se vem acentuando entre o Presidente da República e o chefe do Governo, alega falta de lealdade nalgumas acções do Governo e estabelece que este se manterá em funções até à tomada de posse do novo gabinete.

Fontes políticas indicam que o Presidente deverá nomear proximamente um Governo da sua iniciativa, congregando todas as forças políticas, à excepção do PCD. O nome mais referido para chefiar o próximo executivo, cuja composição vem sendo articulada nos bastidores há já algum tempo, é o do embaixador em Portugal, Carlos Agostinho das Neves, visto como um delfim de Trovoada. Evaristo Carvalho, ministro da Defesa e trovoadista convicto, com assento no Conselho Nacional do partido do governo, é outra hipótese. Fala-se ainda em Prudêncio Rita, empresário e ex-ministro das Finanças na I República.

Não tendo o Presidente dissolvido o Parlamento, alguns observadores interrogam-se sobre os trunfos de que disporá o futuro Governo para neutralizar a maioria, estreita embora, que o PCD continua a deter no Parlamento e fazer aprovar o seu programa. No fundo, ninguém acredita que Trovoada tenha ido tão longe para aceitar ficar depois refém da maioria parlamentar do PCD.

O Presidente tem previamente garantidos os votos de alguns deputados indecisos da maioria ou então aguarda que o programa do novo Governo venha a ser chumbado para invocar um impasse político e dissolver o Parlamento.

Ontem de manhã, o Conselho de Ministros reunira-se extraordinariamente na sede do Governo. Tudo indica que os seus membros já deviam estar informados de que a exoneração era uma questão de horas. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Comentário

Jorge Heitor

Uma difícil democratização

PÚBLICO, 3.7.94

A GUINE-BISSAU é um caso típico das extremas dificuldades com que têm deparado todos aqueles que pretendem democratizar a África; ou pelo menos colocá-la a viver segundo padrões político-partidários que se assemelhem aos que se praticam na Europa e na América do Norte.

Só no primeiro semestre de 1991 é que o PAIGC aceitou a existência legal de diversas formações políticas, e mesmo assim ainda foi preciso esperar mais de três anos para se ir às urnas, em condições que não são de todo em todo as ideais.

Caído o muro de Berlim e democratizado o Leste Europeu, muitos entenderam que a África não poderia continuar a ser um dos últimos bastiões dos regimes ditatoriais, pelo que seria necessário colocá-la a viver segundo os costumes de uma Grã-Bretanha, uma França ou uma Alemanha unificada.

No entanto, as práticas democráticas não se aprendem da noite para o dia e os modelos gerados em determinadas sociedades nem sempre são os mais adequados para outras, pelo que muitos desaires se têm verificado sempre que se procuram transplantar experiências.

Tal como a prática marxista-leninista da velha URSS não serviu à Etiópia nem a Angola e tal como a prática maoista da China foi um desastre no Moçambique de Samora Machel, também as vivências democráticas da Europa ou dos Estados Unidos não são modelo que facilmente se transfira para o continente africano.

É verdade que em meia dúzia de casos isso parece ter funcionado e que na África do Sul há hoje em dia uma grandes esperança; mas em muitos outros deparamos com extrema dificuldade no desenvolvimento de sociedades livres e democráticas, a começar pela Nigéria, o mais populoso dos países negros, com veleidades de potência regional.

Cabo Verde foi um dos raros casos na África onde nos anos 90 se colocou em marcha, sem qualquer dificuldade especial, um sistema pluralista que admite a rotatividade e que tem funcionado à imagem e semelhança dos padrões europeus. Mas aí podemos observar que se está perante uma sociedade mestiça e fortemente homogénea, profundamente influenciada pelo grande número de emigrantes que tem na Europa e nos Estados Unidos.

Já em São Tomé e Príncipe, outro arquipélago igualmente crioulo, mas mais distanciado do mundo industrializado, a vivência democrática não tem sido tão fácil, dado que o Presidente da República não se deixa de forma alguma relegar para um papel de mero garante constitucional e o partido no Governo não apresenta grande riqueza de quadros.

Incomparavelmente mais grave foi a experiência do terceiro PALOP a realizar eleições, Angola, pois aí se juntaram, com toda a sua carga explosiva, as consequências de velhos conflitos tanto ideológicos como tribais. E ainda ninguém sabe muito bem dizer como é que se irá conduzir Moçambique, se bem que se espere que saiba seguir a experiência até agora muito boa da África do Sul, nestes dois meses e pouco após as eleições.

Quanto ao caso da Guiné-Bissau, tem muito mais a ver com o de uma série de outros regimes africanos que, mesmo sem guerra, se aclimataram muito mal à ideia de que era preciso abrirem-se aos novos tempos, dar liberdade de actuação a todos os partidos e levá-los às urnas em pé de igualdade: Togo, Zaire, Quénia, Malawi e a própria República da Guiné, logo ali ao lado.

Até mesmo no Zimbabwe, tido na última década como um certo exemplo de estabilidade, quando comparado com outros cenários africanos, vimos o Presidente Robert Mugabe ter conseguido neutralizar com uma vice-presidência o seu antigo adversário Joshua Nkomo e manter assim um sistema praticamente monopartidário.

Por tudo isto, não é de crer que as eleições presidenciais e legislativas de hoje na terra guineense alterem grandemente, a curto prazo, o quotidiano dos cidadãos locais, que vivem num país aparentemente muito aquém daquele que Amílcar Cabral preconizara.

Imediatamente a Norte, o Senegal é desde há muito uma sociedade teoricamente pluralista; e nem por isso o partido no poder deixa de ser sempre o mesmo, o Socialista, uma espécie de PRI mexicano que ali se instalou por muitas décadas, recorrendo a todos os truques para acabar com qualquer hipótese de derrota eleitoral.

É pois neste contexto que aguardamos com alguma curiosidade, mas sem grandes expectativas, o resultado das eleições a que foram chamados a participar 400 mil guineenses; pois sabemos muito bem que a simples ida às urnas não consegue só por si resolver grande parte dos problemas de um país. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. – Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 – *WE ASK FOR EXCHANGE.*

IMPRESSO